

O que dizem as cartas?

Direito à Comunicação e Direito à Alimentação nos escritos políticos dos movimentos sociais da Agroecologia e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

What do the Letters Say?

Right to Communication and Right to Food in the political writings of the social movements of Agroecology and Sovereignty and Food Security and Nutrition

*Juliana Dias Rovari Cordeiro¹, Juliana Pereira Casemiro²,
Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca³*

Resumo: A construção e fortalecimento de espaços de diálogo dos movimentos sociais da Agroecologia e da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) contribuíram para a implantação de políticas públicas intersetoriais e o apoderamento da população relacionado ao Direito à Alimentação e à Soberania alimentar. O processo contínuo e sistemático de registro de sínteses e encaminhamentos destes movimentos tem sido realizado através de cartas políticas de seus Encontros. Este artigo tem como objetivo identificar nessas cartas o lugar atribuído à comunicação. Foram analisadas seis cartas publicadas entre os anos de 2006 e 2018. Ao longo dos anos, identifica-se a valorização da comunicação popular como estratégia relevante dos movimentos, aparecendo de forma recorrente nos documentos finais dos encontros e conectando de forma sinérgica o Direito à Comunicação e o Direito à Alimentação.

Palavras-chave: Direito à Comunicação; Direito à Alimentação; Agroecologia; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

¹ Docente do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Saúde (Instituto Nutes/UFRJ), bacharel em Comunicação Social (Facha), mestra em Educação em Ciências e Saúde (Instituto Nutes/UFRJ, 2013), doutora em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ). Desde 2014, coordena os cursos de extensão e pós-graduação em Jornalismo Gastronômico na Facha. Tem experiências na área de Ciências Sociais e Alimentação, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura, comunicação, educação em saúde, sustentabilidade, soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e complexidade.

² Professora Adjunta no Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (INU/UERJ) e professora colaboradora do Programa de Pós Graduação em Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGSAN/UNIRIO). Doutora em Educação em Ciência e Saúde pelo NUTES/UFRJ (2013). Integra o Núcleo Executivo do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

³ Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (2002) e pós-doutor pela Universidade de Barcelona (2009). É professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Diretor do Instituto NUTES de Educação em Ciências e Saúde.

Abstract: The construction and strengthening of dialogue spaces associated with social movements of the Agroecology and Food Security and Nutrition (SSAN) contributed to the implantation of intersectoral public policies and the empowerment of the population related to the right to food and food sovereignty. The continuous and systematic process of registration of syntheses and referrals of these movements has been carried out through political letters of their meetings. This paper aims to identify in these letters the importance of communication. There were analyzed six letters published among the years 2006 and 2018. Throughout the years, the valorization of the popular communication is identified as a relevant strategy in the movements, appearing in a recurring form in the final reports of the meetings and connecting synergistically the right to the communication with the right to food.

Keywords: Right to Communication; Right to Food; Agroecology; Sovereignty and Food and Security Nutrition.

1. Introdução

O apoderamento, uma das traduções possíveis para *empowerment*, é relevante categoria para o debate sobre Direitos Humanos. O termo “empoderar”, recorrentemente, denota o resultado do processo de repasse ou transferência de informações, ferramentas ou outros recursos. Apoderar convoca o sentido de apropriar-se: “o poder, como direito, não é dado nem transferido, mas conquistado” (BURITY et al., 2010, p. 128). Assim, o conhecimento é identificado como fundamental ao exercício do poder, e a comunicação e a educação estão, desta forma, intrinsecamente implicadas nos processos de apoderamento sobre os Direitos Humanos. Constituem-se, portanto, em elementos indispensáveis aos processos de exigibilidade relacionados ao provimento, à proteção e à promoção dos direitos fundamentais.

No final da década de 1990, no bojo da construção de políticas públicas setoriais, bem como de espaços de participação democrática, os movimentos agroecológico e da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) se consolidam. Herdeiros das reflexões iniciadas nas décadas de 1960 e 1970, tais movimentos apostam nas iniciativas de sistematização de experiências locais e dos saberes tradicionais e de povos originários que se integraram aos esforços de acadêmicos e ativistas de áreas diversas. Estes esforços revigoram, organizam e atualizam pautas capazes de impulsionar e revisar políticas públicas sob a ótica da Soberania Alimentar, Direito Humano à Alimentação e intersetorialidade.

A constituição da comunicação popular foi elemento fundamental para o fortalecimento destes campos. Contudo, as disputas de narrativas e a necessidade de um constante esforço para o desvelamento da realidade são marcas históricas, uma vez que “ocultar ou justificar os males dos agrotóxicos sempre foram os principais estratégias adotados pelos que se beneficiam dessa prática mortífera para legitimá-la entre suas vítimas” (PETERSEN, 2015, p. 27). Reconhecendo essa intrínseca relação entre o Direito à Comunicação e à Alimentação, este artigo tem como objetivo identificar o lugar atribuído à comunicação nas cartas políticas publicadas a partir de Encontros Nacionais dos movimentos sociais da Agroecologia e da SAN.

Do ponto de vista da luta popular, a educação e a comunicação são partes integrantes de um mesmo percurso. Paulo Freire oferece, no conjunto de sua obra, um amplo arcabouço teórico-prático que conduz a esta construção. Nos anos de 1980, a reabertura democrática permite a reorganização dos movimentos populares, a constituição de entidades de assessoria aos agricultores e a criação de espaços de discussão e reflexão nacionais (PETERSEN; ALMEIDA, 2006 apud MONTEIRO; LONDRES, 2017, p. 55). A primeira década dos anos 2000 marca a utilização das cartas políticas como expressão e instrumento de comunicação dos movimentos sociais.

Na perspectiva freireana, a carta é um instrumento que exige pensar sobre o que alguém diz e pede resposta (FREIRE, 1978; FREIRE, 1994; FREIRE, 2009). Constitui-se, assim, o exercício do diálogo por meio escrito ao registrar de forma ordenada a reflexão e o pensamento. O ato de escrever cartas, seus conteúdos profundamente pedagógicos e seu tom particularmente humano evidenciam que escrevê-las já é um diálogo rigoroso e um exercício da autonomia (VIEIRA, 2010). É com esse sentido que nos debruçamos sobre as cartas políticas para refletir sobre a comunicação e a educação populares.

Para a realização deste trabalho, foram selecionadas seis cartas políticas elaboradas nos seguintes eventos: Encontro Nacional de Agroecologia (2006, 2014, 2018); Encontro Nacional de Diálogos e Convergência: Agroecologia, Saúde e Justiça Ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo (2011); e Encontro Nacional do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN, 2018). A análise desses documentos é parte dos resultados da tese de doutorado de uma das autoras⁴ deste artigo. Também se justifica pelo fato de ser uma importante estratégia comunicativa e pedagógica entre as organizações sociais e a sociedade civil. As cartas são divulgadas

⁴ Defendida por Juliana Dias Rovari Cordeiro no Programa de Pós-graduação em História das Ciências, das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ), em 2018.

amplamente pelas redes digitais, com conteúdo disponível em sites e envio para os meios de comunicação tradicionais.

As autoras⁵ participaram de parte desses encontros e fazem parte de redes e organizações na área de SSAN e Direitos Humanos. Foram incluídas cartas publicadas a partir de 2006, estando este recorte temporal relacionado ao período em que as cartas passam a ser consideradas ferramentas estratégicas de comunicação entre os ativistas da SAN e da Agroecologia, e destes com a sociedade. A questão norteadora para esta análise foi: de que forma a comunicação a partir da perspectiva do Direito Humano aparece nas cartas políticas desses encontros? A partir desta questão, foi realizada a leitura atenta e criteriosa do material, organizado a partir do agrupamento em duas categorias: enunciados sobre comunicação nos documentos de agroecologia; e caminhos comunicativos apontados pelas cartas de Segurança Alimentar e Nutricional.

2. Caminhos para uma comunicação dialógica

Freire (1971) define a comunicação como uma relação social, política e dialógica. Esse processo constrói-se com a coparticipação dos sujeitos no ato de conhecer, implica em reciprocidade e não transferência de saber. O ato de comunicar-se é um encontro entre sujeitos que buscam a significação dos significados. Segundo Lima (2011), a comunicação é a práxis da epistemologia dialética de Freire. Trata-se de uma categoria central na teoria educacional e nas implicações políticas de sua obra. Essa práxis é fundada na igualdade básica e num compromisso radical com a justiça social.

Sob essa óptica não pode haver conhecimento sem comunicação entre sujeitos igualmente livres. Eventualmente, podem-se compartilhar os mesmos símbolos, mas o ato de se comunicar só é possível até que cada participante do diálogo reconheça a si e ao outro como capaz de participar das decisões que afetam a ambos numa relação de equidade (LIMA, 2011; FREIRE, 1996). Lima afirma que, quando não há esse reconhecimento e a reciprocidade é rompida entre sujeitos igualmente livres, inexistente diálogo. “Pode ocorrer transmissão, conquista, invasão ou manipulação [...] a comunicação é substituída pela dominação” (ibid., p. 140).

⁵ Juliana Casemiro participou do III ENA, contribuiu para a construção da Carta deste Encontro e participou da Comissão Organizadora do IV ENA. As autoras Juliana Dias e Juliana Casemiro fazem parte do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) e integraram o núcleo de comunicação do Fórum, responsável por lançar a campanha Comida é Patrimônio no IV ENA.

No ensaio “Comunicação ou Extensão” escrito em 1968 para o Instituto chileno de *Capacitación e Investigación en Reforma Agrária* (ICIRA), Freire (1971) formula uma crítica tradição difusionista, seguida pelos estudos de comunicação norte-americanos com grande alcance na América Latina, sob a chancela “Comunicação e desenvolvimento”. Ao observar o projeto de modernização agrícola por meio da transferência de conhecimentos, sem considerar os saberes dos camponeses, é que Freire reflete sobre o sentido do termo *extensão*, atividade realizada pelos agrônomos. Ele associa com transmissão, entrega, doação, mecanicismo, messianismo, invasão cultural, manipulação etc. Essa postura de se conectar com os agricultores/as os transforma em quase “coisa”, nega-os como seres de transformação do mundo, bem como no que diz respeito à formação e constituição do conhecimento autêntico. Por fim, tal concepção nega a ação e a reflexão aos que são objeto das ações extensionistas (FREIRE, 1971 apud LIMA, 2011).

É também neste ensaio que o educador estabelece a base de seu conceito de educação como ação cultural, numa relação horizontal entre educandos e educadores. Freire (1981) diferencia a ação cultural para a libertação e a ação cultural para domesticação. A primeira é caracterizada pelo diálogo, e problematiza. A segunda procura embotar as consciências, e “sloganiza”. A primeira modalidade deve, então, possibilitar a compreensão crítica da verdade de sua realidade. Nesta ação, não se pode aceitar a transferência de conhecimento, o que implica sempre na existência de um polo que sabe e outro que não sabe. Enquanto ação concreta implica em atos de denúncia e anúncio, a saber:

Denúncia de uma realidade desumanizadora e anúncio de sua transcendência por outra realidade, em que os homens se tornarão mais plenamente humanos. Porém, para que este tipo de ação cultural seja autêntico, os atos de denúncia e anúncio devem ser não palavras ocas, mas compromissos históricos. A denúncia e o anúncio somente são passíveis através da práxis, assim como somente através da práxis é possível compreender o anúncio proclamado na denúncia (ibid., p. 118-119).

Depois da publicação do ensaio em 1968, a partir da década de 1970, o fracasso das políticas de desenvolvimento é confrontado a partir da América Latina. A visão unilateral de progresso, baseada exclusivamente no crescimento econômico, não cumpriu com a promessa de eliminar a fome e reduzir a pobreza. A partir daí, desenvolve-se um processo social e acadêmico que reformulou o paradigma comunicativo, o qual faz parte de um projeto social mais amplo de transformação social (MARÍ, 2011). Martín-Barbero (2014) afirma que o primeiro aporte inovador da América Latina à teoria da comunicação se produziu no e a partir

do campo da educação com a pedagogia de Paulo Freire. Foi uma das primeiras propostas culturais capaz de levar os latino-americanos a se comunicarem consigo mesmos e com intelectuais de todo o mundo.

3. Espaços possíveis de mobilização e de ações coletivas

A partir da década de 1980 é possível identificar ações comunicativas no trabalho de algumas Organizações Não Governamentais Brasileiras (ONGs) brasileiras. Sem a mesma visibilidade do sistema midiático hegemônico, os movimentos sociais constroem uma teia de intercâmbio de informações. Diferenciam-se da comunicação de massa pelo seu caráter de difusão entre pequenos grupos com potencialidade multiplicadora, tais como comunidades organizadas; lideranças locais, sindicais e políticas; universidades; meios de comunicação fora dos grandes centros urbanos etc. (LOPES, 1996).

Na década de 1990, essas organizações da sociedade civil encamparam novos temas e enfoques com duas visões predominantes no contexto latino-americano. A primeira desloca a atenção para o crescimento acelerado e desordenado das cidades, acentuando a exclusão, que, por seu turno, acompanha as crises desse modelo de desenvolvimento. Daí resulta o aumento da pobreza, da fome, da insegurança e da violência. A segunda visão parte da avaliação crítica das interpretações sobre os movimentos sociais dos períodos anteriores e da constatação das crises que se operam na sociedade civil.

Nesse contexto, as proposições se encaminham para espaços possíveis de mobilização ou de ações coletivas. Um dos pontos das reformulações teóricas desses movimentos abarca a importância de se considerar o papel das tecnologias de informação e dos meios de comunicação de massa nas formas da organização da sociedade civil (SCHERER-WARREN apud LOPES, 1996). De acordo com Lopes, as redes de comunicação informal e de intercâmbio de experiências formam uma teia invisível de contrainformação, contracomunicação, mediadas por contraespecialistas.

Esses atores sociais e seus coletivos se organizam em redes, conceito formulado a partir de metáforas que remetem a inter-relações, associações encadeadas, interações e vínculos não hierarquizados, todos envolvendo relações de comunicação e/ou intercâmbio de informação (LOPES, 1996). É nesse território de entrecruzamentos que se configura a contrainformação. Apesar do radical de oposição, a autora esclarece que esse processo se constrói historicamente, conjugando práticas comunicativas e militância política, contrapondo-se à ordem hegemônica.

Lopes (1996) avalia que as ideias de contrainformação e contracomunicação nos anos 1990 se deslocaram dos partidos políticos para um projeto emancipador, via transformação cultural, operado por agentes de práticas coletivas institucionalizadas, como as ONGs e outras entidades da sociedade civil. Nesse contexto, contrainformação diz respeito a:

Conteúdos normalmente não veiculados pela mídia tradicional, que são fundamentais para a construção de uma visão de mundo diferenciada daquela ‘vendida’ pelo discurso dominante (emancipação). Ou seja, inscreve-se na proposta de pedagogia da informação e da ação cultural, herdada principalmente de Paulo Freire, na qual a interação entre conhecimento e senso comum é fundamental. Contra-comunicação abrange as atividades de veiculação desses conteúdos por diversos meios, como as atividades dedicadas à abertura de canais de expressão para a população normalmente destituída dessa possibilidade, como as rádios e TVs comunitárias (LOPES, 1996, p. 54).

A autora avalia que a contrainformação e contracomunicação correspondem aos fluxos de informação e canais de expressão, que atravessam horizontalmente as sociedades, sem interferência do Estado ou do mercado monopolista dos meios de comunicação. Esse modelo de comunicar não está mais sob a égide dos partidos políticos, mas, predominantemente, dos movimentos sociais e das ONGs.

Constitui-se, assim, numa contracomunicação, definida como “a atividade de fornecer informações de natureza distinta, às vezes opostas às informações dos grandes veículos de comunicação”. Proporciona uma outra interpretação dos fenômenos políticos e sociais, “voltada mais para os interesses dos grupos dominados da sociedade” (FILHO, 1982 apud LOPES, 1996, p. 49).

Com base nessas reflexões, analisaremos a seguir a atuação da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), que representam a construção desse processo histórico descrito por Lopes (1996). Esses atores estão cada vez mais conscientes do papel crucial do novo sistema multimídia e de suas instituições reguladoras para a cultura e para a política da sociedade. Conforme observa Castells (2015), busca-se estabelecer um grau de controle dos cidadãos sobre os controladores da comunicação e garantir seus direitos à liberdade no espaço da comunicação. Nosso propósito é demonstrar como esses movimentos articulados em redes vêm compreendendo a urgência em trazer a comunicação como direito para o centro de seus debates e suas ações, incluindo-a como um eixo norteador para as demais lutas.

4. Comunicação e cultura: territórios simbólicos da Agroecologia

A ANA articula e converge movimentos, redes e organizações da sociedade civil desde 2002, quando passou a realizar o Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). A primeira edição aconteceu na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Mais de mil participantes de todas as regiões do Brasil compartilharam experiências concretas na promoção da agricultura ecológica, acumuladas ao longo de 20 anos. No encontro, ficou evidente o amplo e diversificado processo de experimentação social na construção de alternativas técnicas, organizativas, econômicas e políticas ao modelo hegemônico de desenvolvimento agrário/agrícola. Essa sistematização e intercâmbio apontam para a comunicação como uma importante via para contrapor o agronegócio. Ao longo dos anos, essa via se consolida e ganha centralidade na articulação. Os coletivos de comunicação estão presentes desde o primeiro ENA como impulsionadores de sua articulação com regiões e territórios⁶.

O II ENA aconteceu em 2006, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), na cidade de Recife, com o objetivo principal de buscar estratégias nacionais para o fortalecimento da agroecologia e o enfrentamento do agronegócio. Outra frente de atuação foi a construção de políticas públicas que permitam a ampliação das experiências existentes. Com o intuito de divulgar o encontro e dialogar com a sociedade sobre a agroecologia, montou-se um grupo de comunicadores com representantes das organizações sociais que fazem parte da ANA. Uma das tarefas era sistematizar as experiências agroecológicas pelo país. Assim, participantes dos estados de Minas, Pernambuco, Amazônia e a rede Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA) se integram ao processo preparatório do II ENA.

Essa mobilização foi o embrião do coletivo de comunicadores/as (CORDEIRO, 2018). Neste encontro, surgiu a proposta de ocupar o ar pelas ondas do rádio com uma “reforma agrária no ar”. Montou-se uma rádio especialmente para o encontro, sintonizada no *dial*, na qual as pessoas tiveram a oportunidade de colocar sua voz, tomando a palavra.

Em 2014, a ANA realizou o III ENA na Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), em Juazeiro (BA), com o tema “Por que interessa à sociedade apoiar a agroecologia?”. Dentre os 14 seminários temáticos, destaca-se o “Comunicando um Brasil agroecológico”, que também compõe um dos capítulos da carta política. A proposta era discutir as possibilidades de intervenção da sociedade civil junto às políticas públicas. Dentre

⁶ A primeira edição produziu somente os anais, por isso não consta nessa análise, que se centrou nas cartas políticas dos Encontros. No entanto, destacamos que a comunicação dialógica faz parte da constituição do ENA.

as proposições, o documento sinaliza a reflexão acerca das experiências que compartilhem a percepção da comunicação como mobilização social e instrumento de resistência ao agronegócio e às grandes obras que interferem na vida da população do campo (ANAIS III ENA, 2014).

O amadurecimento de uma ampla e articulada rede de organizações locais permitiu à ANA impulsionar a realização de atividades locais preparatórias, mobilizando agricultores e agricultoras de todas as idades, em diferentes pontos do país, além de incluir estudantes, pesquisadores, artistas e comunicadores que atuam no campo da agroecologia em torno da questão norteadora proposta pelo III ENA. Coerentemente com os preceitos da educação popular, os diálogos começam a partir das experiências concretas, comunicando não só as situações de opressão e injustiça vivenciadas em cada território, mas também anunciando o “inérito viável” (FREIRE, 2005).

No quadro abaixo, destacamos os trechos de duas cartas políticas do ENA, com a finalidade de atentar como a comunicação vai ganhando visibilidade como prática estratégica de (re)existência dos povos. Há uma forte crítica ao sistema midiático hegemônico e à tradição difusionista, destacada por Freire, e também à reivindicação da democratização dos meios de comunicação.

Quadro 1 – Duas cartas políticas do ENA

II ENA (2006)	III ENA (2014)
<p>A promoção e construção do conhecimento agroecológico pressupõe também a democratização dos meios de disseminação do conhecimento, inclusive dos recursos de informática. O sistema de comunicação difusionista predominante no atual modelo de desenvolvimento rural é insensível à diversidade de identidade de expressões culturais na medida que está estruturado de forma vertical para a disseminação de valores e pacotes tecnológicos padronizados. As políticas públicas devem favorecer o desenvolvimento de conteúdos e instrumentos de comunicação integrados a redes de inovação agroecológica organizadas localmente e de forma descentralizadas nos territórios.</p>	<p>Precisamos enfrentar o perverso sistema de comunicação dominante, que legitima ideologicamente os padrões de desenvolvimento geradores de desigualdades sociais, da concentração de riquezas e dos meios de produção da destruição ambiental, que massacra nossa sociedade, em especial mulheres, jovens, negros e os povos e populações tradicionais. Nas discussões de política e economia esses sujeitos políticos são frequentemente discriminados, só aparecendo por meio de imagens caricatas, ou expressando uma beleza exótica, porém sem conteúdo. Esse sistema está alicerçado em uma forte e imbricado “setor” de mídia, umbilicalmente ligado ao grande capital e relacionado às forças mais conservadoras e reacionárias de nossa política.</p>

Fonte: Cartas Políticas do II e III ENA (2006, 2014, grifo nosso).

A agroecologia dialoga com a comunicação ao buscar o intercâmbio de experiências, a produção de conhecimento e a valorização dos saberes locais. O documento do III ENA destaca, por exemplo, a aprovação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), em 2012, por representar uma conquista dos movimentos do campo e da cidade. É fruto de ações que muitas vezes perpassam o campo da comunicação desde a mobilização até a elaboração de materiais educativos (ANAIS III ENA, 2014).

Nos anais dos dois encontros, enfatiza-se a comunicação plural, dialógica, horizontal e em rede, já desenvolvida por inúmeras organizações e movimentos que integram a ANA. O intercâmbio e o fortalecimento dessas experiências, ampliando o *corpus* desse modelo de comunicação, constroem espaços de troca de saberes para o enfrentamento do agro e do hidronegócio: “Acreditamos que a comunicação é um direito fundamental que deve ser defendido pela ANA para a efetivação da democracia em nosso país e para a consolidação da agroecologia como o único modelo possível para a agricultura brasileira” (ANAIS III ENA, 2014, p. 67).

A carta convocatória do IV ENA, destinada aos Encontros Preparatórios nas cinco regiões do Brasil entre 2017 e 2018, enfatizou que o sentido político era “visibilizar a disputa de projeto de sociedade” e “aprofundar o que se entende como conexão campo-cidade”. Dentre os objetivos do encontro, destaca-se a defesa do Direito à Comunicação e à Cultura.

O IV ENA realizou-se em 2018, no Parque Municipal da cidade de Belo Horizonte (MG), com o tema “Agroecologia e Democracia: unindo campo e cidade”. Essa foi a primeira vez que o evento aconteceu em uma praça pública, o que reforça o empenho em comunicar-se com a população da cidade. Na carta política, o capítulo “Comunicação e Cultura Populares: territórios simbólicos da agroecologia” enfatiza a importância da comunicação comunitária, popular, alternativa, com os teatros, bonecos, cordéis, músicas, místicas, entre outras expressões, como ferramentas para fortalecer as narrativas agroecológicas (CARTA POLÍTICA IV ENA, 2018, p. 36-37).

Quadro 2 – Cartas do IV ENA

Convocatória do IV ENA (2017)	IV ENA (2018)
Aprofundar o debate sobre os sentidos estratégico e político da comunicação e da cultura , no contexto de hegemonia das corporações da comunicação e de ofensiva conservadora em relação à cultura, e afirmar a comunicação e a	Pensar a Cultura e a Comunicação na Agroecologia é repensar nossa história, tendo como princípio as perspectivas apresentadas pelos povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais de matriz africana, povos de terreiro e comunidades tradicionais. Isso é

<p>cultura como direitos sem os quais a democracia é ameaçada pela impossibilidade da multiplicidade de vozes e a agroecologia não alcança na plenitude o seu potencial transformador.</p>	<p>colocar em primeiro plano a perspectiva desses povos. Defendemos a Comunicação e a Cultura como direitos e como bens comuns. A democratização da comunicação e o respeito e fomento à diversidade cultural são centrais nas lutas pela radicalização da democracia.</p>
---	---

Fonte: Cartas Convocatória e Política do IV ENA (2017, 2018, grifo nosso).

A carta do quarto encontro faz uma análise sobre a contribuição dos três primeiros ENAs, realizados em 2002, 2006, 2014, e afirma terem sido realizados num período de significativas conquistas no campo agroecológico, como a PLANAPO, reconhecida como uma inovação institucional que se somou à Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), instituída desde 2006. Essas políticas são frutos de experiências e proposições da sociedade civil que abriram caminho para a democratização do acesso a recursos públicos, contribuindo para o fortalecimento das redes de agroecologia em todo o Brasil.

Em contraponto, o IV ENA aconteceu em um contexto crítico, com o “golpe parlamentar-jurídico-midiático que destituiu em 2016 o governo eleito”, informa o documento. No entanto, a convocação e realização do encontro demonstrou a capacidade de “mobilização das energias militantes alimentadas em nossas lutas cotidianas pela agroecologia e pela construção da democracia, nas florestas, nas águas, no campo e na cidade”. O documento alerta para o conservadorismo que se dissemina na sociedade “impulsionadas por uma mídia que desinforma, despolitiza e estimula a intolerância” (CARTA POLÍTICA DO IV ENA, 2018, p. 3). Nesse sentido, mulheres negras se posicionaram com o lema “Se tem racismo, não tem agroecologia”; e a juventude defendeu a diversidade das orientações sexuais ao afirmar “Com LGBTfobia não há agroecologia”.

Num contexto⁷ de disseminação de desinformação⁷ pelo sistema midiático e pelas mídias digitais, os posicionamentos expressos na carta política do IV ENA apontam para vias promissoras de enfrentamento das ameaças e violações do Direito à Comunicação, à democracia e aos direitos sociais, que circulam diariamente pelas telas dos smartphones ou nos noticiários da grande mídia.

Nestes encontros, a comunicação como diálogo e cultura se constrói com as vozes dos territórios ao mostrarem como a agroecologia vem sendo construída em todas as regiões do país. São tecidas em formas de resistência criativa colocadas em prática pelas nossas

⁷ Informação comprovadamente falsa ou enganadora que é criada, apresentada e divulgada para obter vantagens econômicas ou para enganar deliberadamente, podendo prejudicar o interesse público (Comissão Europeia, 2018).

organizações e redes, e se constitui como uma alternativa a esse sistema homogeneizador e autoritário (CARTA POLÍTICA DO IV ENA, 2018). Por fim, depois de entrelaçar o Direito à Comunicação com o Direito à Alimentação, o quarto encontro se encerra com o reconhecimento da dimensão estratégica da aliança entre a comunicação popular e a educação do campo para fortalecer as lutas contra-hegemônicas.

5. Diálogos e convergências: a comunicação é um direito das pessoas e dos povos

Entre o período de realização do I e II ENA, destacamos o Encontro Nacional de Diálogos e Convergência: agroecologia, saúde e justiça ambiental, Soberania Alimentar, Economia Solidária e Feminismo, realizado no ano de 2011, em Salvador (BA). O Encontro fez parte de uma construção coletiva de movimentos, redes e fóruns, a partir de suas diferentes formas de organização, bandeiras e linguagens, gerando consensos e aberturas para superar os desafios comuns, a partir do que convergem em suas práticas comunicativas.

A comissão organizadora do Encontro foi composta pela ANA, o FBSSAN, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), a Rede Alerta contra o Deserto Verde (RADV), a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), a ABA, a Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Foram realizadas três oficinas preparatórias em 2010 – no Agreste da Paraíba, no Planalto Serrano de Santa Catarina e no Norte de Minas Gerais. Ao compartilharem as experiências de comunicação em rede, surge o questionamento em relação ao Direito à Comunicação.

Essa perspectiva dialoga com a interpretação de Leff (2006) sobre as estratégias discursivas dos povos, ancoradas na construção de outros modos de reapropriação da natureza e do saber, assim como da ressignificação das identidades nos territórios. Conforme a carta política do Encontro:

A comunicação é um direito das pessoas e dos povos. Reafirmamos a importância, a necessidade e a obrigação de nos comunicarmos para **tornar visíveis nossas realidades, nossas pautas e nosso projeto de desenvolvimento para o país.** Repudiamos as posturas de criminalização e as formas de representação que a mídia hegemônica adota ao abordar os territórios, modos de vida e lutas. Contestamos a produção da invisibilidade nesses meios de comunicação. **O Estado deve se comprometer a financiar nossas mídias, inclusive para que possamos ampliar projetos de formação de comunicadores e de estruturação dos nossos próprios**

veículos de comunicação. As mídias públicas devem ser veículos para comunicar aprendizados de nossas experiências, proposições e campanhas. Por uma comunicação livre, democrática, comunitária, igualitária, plural e que defenda a vida acima do lucro (Carta Política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências, 2011, p. 7, grifo nosso).

Atentamos para o fato de que esse tecido de comunicadores e comunicadoras são pessoas de diversas áreas que atuam em movimentos da sociedade civil, como os agricultores e as agricultoras. Portanto, não se limita a profissionais da comunicação, como assessores de imprensa e jornalistas, que compõem o quadro de algumas dessas organizações. Trata-se de uma comunicação horizontal e plural entre seres comunicantes e comunicativos, em que se busca o barulho da pluralidade de vozes.

Ao analisar a construção da comunicação dialógica desses movimentos e suas críticas ao sistema midiático hegemônico, trazemos as reflexões de Serrano (2013), ao elencar seis facetas da crise desse sistema para pensar as ambiguidades e vulnerabilidades. Com a crise de **mediação** (i), o modelo informativo deixou de se identificar com os cidadãos. A crise de **credibilidade** (ii) evidencia que o público não confia mais nos meios de comunicação, pois, muitas vezes, eles mentem ou escondem elementos fundamentais da realidade. A crise de **objetividade** (iii) já demarca o notório interesse ideológico e político que os meios de comunicação mostram em suas atividades diárias. A crise de **autoridade** (iv) aponta para a perda da primazia na mediação, pois não é mais o principal da informação, que também é produzida e distribuída pelas mídias digitais (ibid., p. 147, 148).

A crise de **informação** (v) se refere à quantidade de notícias, as quais não auxiliam na compreensão dos fatos em sua amplitude, ou seja, não aprofunda o debate. E, por fim, a crise de **distribuição** (vi), que afeta principalmente a imprensa escrita. A internet passa a ser o meio mais confiável para se obter informação porque é possível garimpar maior oferta de fontes originais, coletivos não somente sociais e intelectuais, mas ainda profissionais, que nem sempre são aceitos nos veículos tradicionais (ibid., p. 150).

Serrano (2013) afirma que há uma demanda cidadã que exige uma perspectiva alternativa à informação e às análises dominantes. Ela é representada por meios cujo objetivo é dar voz aos coletivos sociais e aos povos que lutam por sua soberania e pela melhoria das condições de vida com justiça social, como vimos com a conexão da ANA e outros movimentos da sociedade civil no Encontro de Diálogos e Convergências.

Para Serrano (2013), a comunicação alternativa na internet deve adotar duas estratégias de resposta ao modelo dominante da mídia: (i) deixar em evidência a falta de

credibilidade da grande mídia, denunciando suas mentiras, sua dupla moral e seu desequilíbrio informativo; e (ii) trabalhar na criação de meios de comunicação alternativos que sejam capazes de deslocar os convencionais e, deste modo, abrir uma brecha no panorama midiático para que haja cada vez mais fonte de informação (SERRANO, 2013).

De 2002 a 2018, observamos que a comunicação como direito fundamental ganha centralidade na construção dos conhecimentos agroecológicos e dos espaços de re-existência dos povos alijados do direito de dizer a palavra. Ao vincular o Direito à Comunicação com o Direito à Alimentação, outros enunciados são acrescentados às pautas e lutas, tais como democratização dos meios de comunicação; financiamento da mídia alternativa, popular e comunitária; e denúncia do sistema midiático dominante.

5. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: diálogos sobre democracia, desenvolvimento e estratégias de bem viver

Em 2018, o Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN) completou 20 anos de atuação ininterrupta e vigorosa na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e da implementação de políticas públicas no campo da alimentação, agricultura e nutrição. Em sua trajetória, o Fórum articula pessoas, organizações, redes, movimentos sociais e instituições de pesquisa. A finalidade é sensibilizar para uma visão mais ampla da questão alimentar. Por isso, trabalha-se com variadas perspectivas do sistema alimentar: produção, processamento, abastecimento e consumo (CARTA POLÍTICA DO VIII ENCONTRO NACIONAL DO FBSSAN, 2018).

O FBSSAN deu importantes contribuições para a participação social na formulação e monitoramento de políticas públicas, como foram o apoio à reconstrução do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)⁸; a criação dos conselhos Estaduais e Municipais a partir de 2003; a ativa participação na elaboração e aprovação da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), em 2006; a mobilização social que resultou na inclusão do DHAA na Constituição Federal, em 2010; a produção de subsídios para propostas de políticas públicas nos campos da Alimentação Escolar, entre 2008 e 2009; a inclusão produtiva com segurança sanitária, em 2013, e vários outros.

⁸A mobilização de organizações sociais, gestores públicos e acadêmicos resultou em significativas repercussões nas políticas públicas a partir de 2003, com a recriação do Consea, criado em 1993 e extinto em 1994. Inicia-se, assim, um processo de construção de uma governança em Soberania e SAN com ampla mobilização da sociedade civil, participação e controle social. Representa um conjunto de políticas públicas brasileiras, programas e ações reconhecidos internacionalmente por terem reduzido de forma expressiva a fome, a desnutrição e a subnutrição.

Em um contexto político brasileiro de graves ataques à democracia, retrocessos de direitos, participação e controle social – incluindo a extinção do Consea em 1º de janeiro de 2019 –, o Fórum reforça sua atuação como espaço estratégico de mobilização e comunicação contra-hegemônica e, além disso, como lugar de formação e incidência política. Essa atuação se dá por meio do apoio e fortalecimento das redes e coletivos, que se organizam a partir de agendas específicas, como a própria extinção do conselho, e segue como núcleo de resistência para Organizações Não Governamentais (ONGs).

Em 2013, o Fórum realizou o VII Encontro Nacional, em Porto Alegre (RS), com o tema “Que alimentos (não) estamos comendo?”. Neste encontro, destaca-se a necessidade de aproximar as culturas alimentares da SAN. Daí surge a necessidade vital de se comunicar com a sociedade. Em 2015, o FBSSAN lança a campanha de comunicação e mobilização *Comida é Patrimônio*. Em sua criação, os objetivos destacados para esta campanha foram dar luzes ao potencial de construção compartilhada de saberes em defesa da comida de verdade; ampliar os diálogos sobre desigualdades étnico-raciais, regionais, de gênero e geracionais, bem como a respeito das injustiças relacionadas às questões fundiárias e de direito à alimentação; e divulgar estes temas, transferindo para o cotidiano alimentar debates que por muito tempo estiveram restritos a ambientes acadêmicos e de controle social.

A campanha está organizada em quatro eixos: (i) comida é bem material e imaterial; (ii) comida é afeto, memória e identidade; (iii) comida é diálogo de saberes; (iv) e modos de produzir, viver e comer. Os processos de comunicação são pautados nas artes visuais, o uso de mídias digitais, a produção de artigos jornalísticos e o desenvolvimento de duas exposições itinerantes. Os eixos são desenvolvidos por fases, com temáticas e estratégias específicas. Até o momento, o Fórum apresenta três etapas: (i) Por que defender a comida como um patrimônio?; (ii) Ocupe a cultura alimentar; e (iii) Celebre o Brasil e seus mundos de vida.

Ao longo de quatro anos, o Fórum passou a assumir a centralidade da comunicação para sua atuação política. Deste modo, transformou-se numa estratégia de mobilização e incidência. Dentre as atuações com a campanha, destacam-se o Encontro de Agroecologia Urbana (ENAU), no Rio de Janeiro (2015); a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em Brasília (2015); o Congresso Brasileiro de Nutrição (CONBRAN), em Porto Alegre e Brasília (2016, 2018); o Encontro Saberes e Sabores (2015, 2018); e o Seminário Desigualdades na educação: desafios para educação em ciências e saúde, ambos na UFRJ, no Rio de Janeiro (2018), entre outros.

Ressaltamos também a importância da campanha em apoiar as ações do Fórum com a pauta sobre normas sanitárias inclusivas. Além de oficinas de formação, principalmente em

eventos, feiras e universidades, a campanha também abriu possibilidades para a produção de conhecimentos, como boletins, artigos jornalísticos e acadêmicos. A campanha se propõe dialógica, não emerge da unidade e do consenso, mas da diversidade e do pluralismo de ideias.

As duas décadas de atuação foram celebradas com o VIII Encontro Nacional do FBSSAN, no Rio de Janeiro. Sob o lema “Sem democracia não há Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional”, o Fórum tem encampado em sua pauta os fatores promotores de desigualdade social e iniquidades na estruturação e funcionamento dos sistemas alimentares dominantes. Entre esses elementos, destacam-se o acesso à terra, à água e aos territórios e, inclusive, o controle das sementes e o processamento e comércio dos alimentos. Fortes desigualdades de gênero e étnico-raciais, marcas da sociedade brasileira, estão presentes tanto nos sistemas alimentares quanto nas repercussões dos modelos dominantes, em termos socioambientais e de saúde humana.

A carta política do VIII Encontro Nacional reivindica “o lugar estratégico ocupado pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional na construção de uma sociedade democrática mais justa, saudável e respeitosa da sua diversidade” (CARTA POLÍTICA DO ENCONTRO DO FBSSAN, 2018, p. 1). Faz parte desse engajamento alertar que os históricos desafios à SSAN e ao DHAA serão agravados em face da possibilidade real de o Brasil voltar ao Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU).

Desse encontro, surgiu a proposta de articular o fórum por meio de redes de mobilizadores e, em julho de 2019, a “Oficina de Mobilização em Defesa da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN)”, que também ocorreu no Rio de Janeiro. Participaram da mobilização cerca de 60 representantes de organizações e movimentos da sociedade civil e ativistas. Expressam a diversidade de grupos sociais de todas as regiões do país, dentre os quais quatro ex-presidentes(as) do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e sete presidentes(as) de conselhos estaduais de SAN.

A partir desse encontro foi lançada a carta-convocatória da “**Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional**” a ser realizada no primeiro semestre de 2020⁹. Na carta do VIII Encontro do

⁹ O ano de 2019 marcaria a realização da VI Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Ao final de 2018, no âmbito do Consea, foi iniciado seu processo preparatório, incluindo a proposição de eixos de debates e orientações metodológicas para estados e municípios. Contudo, este processo foi cessado com a extinção do Conselho através da Medida Provisória 870 de 2019. No decorrer de 2019, diversos estados e municípios vêm realizando suas Conferências e as cartas e documentos produzidos por organizações da sociedade civil passaram a ter maior centralidade neste processo de organização.

FBSSAN, há o reconhecimento dessas outras maneiras de se comunicar com campo e cidade, conforme a carta, afirma-se que “as alianças em torno da alimentação e da comida de verdade, são formas de conexão e de resistência que se fazem pela raiz, como demonstra a exitosa campanha Comida é Patrimônio” (CARTA POLÍTICA DO VIII ENCONTRO DO FBSSAN, 2018, p. 4).

Ao reafirmar a relevância de espaços públicos de participação e controle social construídos por demanda da sociedade – e com apoio das instâncias de Estado –, o Fórum afirma que seguirá se contrapondo às ameaças à SSAN com “formas efetivas e capilares de comunicação, falando da comida de verdade, do enfrentamento da fome e da obesidade como temas capazes de promover diálogos sobre democracia, desenvolvimento e estratégias de bem viver” (ibid., p. 4). Dessa forma, o FBSSAN continua com seu histórico empenho político de mobilizar a sociedade para valorizar as diversas dimensões da alimentação, a partir de criações narrativas coletivas que permitam gerar emoções, que tornem a causa da SSAN e do DHAA compreensível e de fácil adesão para todos os públicos, gerando um vínculo de pertença diferente da militância política clássica.

A comunicação hegemônica aparece como um obstáculo para a tomada de consciência e o engajamento da população em problemas vitais da sociedade. É urgente criar e fomentar novos modelos de comunicar, pautados numa relação social e política, com a coparticipação dos sujeitos em diálogo, como assinala Freire (1971). A partir das análises das cartas políticas dos movimentos da Agroecologia e da SSAN, assinalamos que há um forte e crescente vínculo entre o Direito à Comunicação e o Direito à Alimentação.

6. Conclusões

No atual estágio do neoliberalismo – que estende a lógica do capital a todas as relações sociais e a todas as esferas da vida – a visão integrada de Freire (1981) sobre comunicação e educação, como ação cultural, é imprescindível para compreender e fortalecer as mobilizações populares de povos das cidades, das águas, das florestas e dos campos. Nas cartas políticas, expressam-se as denúncias de uma realidade desumanizadora e os anúncios com as possibilidades de transcendê-la. Por integrar outras racionalidades que emergem da América Latina, esses documentos nos permitem, num diálogo entre seres e saberes, analisar, a partir da perspectiva de Leff (2006), novas formas de compreensão do mundo a partir do intercâmbio dialógico e da disputa de sentidos da sustentabilidade na reapropriação social da natureza e da cultura.

As cartas políticas expressam as lutas forjadas pelo “direito de dizer a palavra” (FREIRE, 2005), de dizer os muitos mundos de vida que habitam o Brasil. Nesse sentido, a comunicação dialógica pode ser identificada nas mobilizações da sociedade civil no campo da Agroecologia e da SSAN. Esse processo, que começou na década de 1970, continua vivo, pulsante e se constitui numa estratégia vital para enfrentar as desigualdades e a desinformação a respeito dos sistemas alimentares justos, equitativos, saudáveis e sustentáveis.

7. Referências bibliográficas

ANA. **Anais do I ENA**: Encontro Nacional de Agroecologia (ENA). Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2002.

_____. **Anais do III ENA**. Juazeiro: Universidade Federal do Vale do São Francisco, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2m0rIS6>. Acesso em: 22 set. 2019.

_____. **Carta política do II ENA**. Recife, 2006. Disponível em: <https://goo.gl/BPvWC1>. Acesso em: 1 ago. 2019.

_____. **Carta política do III ENA**. Juazeiro, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/CQMbEp>. Acesso em: 1 ago. 2019.

_____. **Carta convocatória do IV ENA**, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/486YZ6>. Acesso em: 1 ago. 2019.

_____. ABA-Agroecologia; ABRASCO; FBES; FBSSAN; RBJA; RADV; AMB. **Carta política do Encontro Nacional de Diálogos e Convergências**. Salvador, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/nFjR9T>. Acesso em: 1 ago. 2019.

BARBERO-MARTÍN, J. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

BURITY, V.; FRANCESCHINI, T.; VALENTE, F.; RECINE, E.; LEÃO, M.; CARVALHO, M. F. **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CASTELLS, M. **O poder da comunicação**. Trad.: Vera Lúcia Mello Joscelyne. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

COMISSÃO EUROPEIA. Plano de ação contra a desinformação. **JOIN 36 Final**. Bruxelas, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2m3wVIG>. Acesso em: 22 set. 2019.

CORDEIRO, D. J. **Cozinhar e comunicar**: uma abordagem ecobiocultural sobre sistemas de alimentação e comunicação. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

COUTINHO, G. E. **A comunicação do oprimido e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Mórula, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

_____. **Cartas à Guiné-Bissau:** registros de uma experiência em processo. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cartas à Cristina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

_____. **Professora sim, tia não:** as cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho d'Água, 2009.

_____. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 39. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FBSSAN. **Carta política do VII Encontro Nacional.** Porto Alegre, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2TLzIXs>. Acesso em: 22 set. 2019.

_____. **Carta política do VIII Encontro Nacional.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2OzihXA>. Acesso em: 1 ago. 2019.

_____. **Carta convocatória Conferência Nacional, Popular, Autônoma: por Direitos, Democracia e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Rio de Janeiro, 2019.** Disponível em: <https://bit.ly/2YyrAdX>. Acesso em: 1 ago. 2019.

_____. **Carta Política do VIII Encontro Nacional.** Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2FIB9Pd>. Acesso em: 1 ago. 2019.

LEFF, E. **Racionalidade ambiental:** a reapropriação social da natureza. Trad.: Luis Carlos Cabral. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, A. de V. **Comunicação e cultura:** as ideias de Paulo Freire. 2. ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília: Fundação Perseu Abramo, 2011.

LOPES, A. S. **A teia invisível.** Informação e contra-informação das redes de ONGs e movimentos sociais. Tese de doutorado em Comunicação apresentada ao Programa Pós-graduação em Ciências da Informação. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO/UFRJ). Rio de Janeiro, 1996.

Marí, Y.M. **Comunicar para transformar, transformar para comunicar:** tecnologias de la información desde una érséctiva de cambio social. Madrid: Editorial Popular, 2011.

MONTEIRO, D.; LONDRES, F. Para que a vida nos dê flor e frutos: notas sobre a trajetória do movimento agroecológico no Brasil. In: SAMBUICHI, R. H. R et al. **PLANAPO e produção orgânica no Brasil:** uma trajetória de luta pelo desenvolvimento sustentável. Brasília: IPEA, 2017.

PETERSEN, P. Um novo grito contra o silêncio. In: CARNEIRO, F. F. **Dossiê ABRASCO:** um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: EPSJV; São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VIEIRA, A. Cartas pedagógicas. In: STRECK et al. (orgs.). **Dicionário Paulo Freire.** Belo Horizonte: Autêntica, 2010. p. 65-66.